



Dando prosseguimento às recomendações do II Congresso do PAICV, dissemos no Programa do Governo que importava organizar a avaliação e o controlo dos organismos do Estado de uma forma sistematizada e constante, com o objectivo não só de detectar falhas e carências, mas também de enaltecer os aspectos positivos.

Essa preocupação reflectiu-se na actividade do Executivo, estando subjacente a todas as acções de organização empreendidas. No que respeita à própria estrutura do Governo, isso resalta da transformação dos serviços das Finanças e do Plano em ministérios; na concentração na Chefia de Governo dos principais sectores reguladores da acção administrativa; no reforço da acção colectiva do Governo, que passou a ter um Secretário de Estado especificamente encarregado de promover a melhoria do seu funcionamento colegial.

Na acção diária da Administração cuidou-se também desse aspecto. Todos os Ministérios foram dotados de organismos centrais de administração, o que possibilita aos seus responsáveis um seguimento mais cabal da gestão corrente; dignificou-se a carreira de inspecção, equiparando-a às carreiras superiores da administração; grande parte dos serviços instituíram ou reforçaram estruturas de inspecção.

A nível mais global, tornou-se mais operativo também o controle dos órgãos políticos e jurisdicional, mercê do apuramento da organização da Assembleia Nacional Popular, da progressiva melho



PRIMEIRO MINISTRO

-27-

ria da acção do Conselho de Ministros e do reforço da organização da Justiça. Consolidou-se, assim, o Estado de Direito e garantiu-se melhor vigilância da aplicação das Leis. Além disso, o próprio Plano e o Orçamento Geral do Estado constituem elementos importantes para controle e avaliação da acção administrativa.

Tomaram-se também medidas visando a melhoria da avaliação do desempenho do pessoal da Função Pública e das empresas públicas. Iniciaram-se diligências para o estudo da implementação e organização da fiscalização e controlo em matéria de finanças públicas. Embora não tenha ainda sido criada uma Inspeção Geral do Estado, nem instalados serviços de auditoria, já nesse sentido se procederam a diversas diligências que prosseguem em 1987.

O Governo vai continuar a atribuir uma grande atenção a esta matéria, apesar da urgência do reforço das áreas operacionais da Administração Pública. Com efeito, à medida que o Estado cresce não só em número de estruturas, como também em volume dos recursos e dos interesses envolvidos, à medida que aumenta o pessoal e se desconcentram sectores e serviços, torna-se necessário que exista e seja eficaz um sistema de acompanhamento e avaliação permanente das actividades da Administração, até para benefício das estruturas criadas e dos responsáveis envolvidos.

Camarada Presidente

ao fazer a apresentação do relatório do Governo tentá-



PRIMEIRO MINISTRO

-28-

mos ressaltar algumas preocupações e sublinhar algumas das vertentes que mais se salientaram na actividade governativa durante o ano de 1986.

Tratou-se de um ano marcante em muitos aspectos. Sendo o seu primeiro ano de desempenho, o Governo cuidou de aspectos organizativos, diagnosticou a situação e estabeleceu novas vias de acção. Isso permitiu não só um levantamento mais preciso dos problemas existentes como também abriu perspectivas novas em muitos sectores, emprestando mais vigor e um novo impulso à acção do Executivo.

Foi um ano mais no longo esforço de desenvolvimento que o povo de Cabo Verde está enfrentando para fazer da sua Terra um país viável. Podemos dizer que o balanço é positivo. Registámos êxitos em muitos sectores. O Governo e o País estão agora melhor preparados para enfrentar esse desafio, até porque a acção, que é sempre um somatório de êxitos e insucessos, prepara-nos para enfrentar com mais desassombro os desafios futuros.

Resumindo: a nível externo, podemos dizer que reforçámos a disponibilidade da comunidade internacional em relação a Cabo Verde, mercê da consolidação do seu crédito como país sério, es-

.../



PRIMEIRO MINISTRO

-29-

tável e trabalhador; a nível interno, acelerou-se a pulsão da sociedade caboverdiana que sentimos mais activa, mais dinâmica, mais empenhada na resolução dos seus problemas. Foi constante o diálogo entre a sociedade e a Administração, o que resultou num crescimento da confiança no futuro da Nação.

Estamos convencidos de que o esforço de desenvolvimento do País ainda vai no início, mas que o reforço da Nação conseguido até agora, a transformação progressiva da luta pela mera sobrevivência em luta pelo desenvolvimento, a melhoria da organização da Administração e a progressiva participação da sociedade são dados que pers tem optimismo quanto ao futuro de Cabo Verde.

O Governo prosseguirá, nessa confiança, o seu trabalho, crente de que pode contar com o apoio desta insigne Assembleia.

MUITO OBRIGADO!